



CAIXA POSTAL | CADASTRO | AJUDA

FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (Sair)

&gt; Bem-vindo &gt; Peticionamento Eletrônico de 1º Grau &gt; Peticionamento Intermediário - Primeiro Grau

MENU

## Peticionamento Intermediário - Primeiro Grau



### Operação realizada com sucesso

- Prezado FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR, todos documentos foram assinados e protocolados com sucesso. O processo foi protocolado com o número **WCRA.19.00050376-0** em **09/09/2019 14:39:11**.

### Orientações

- Um e-mail foi enviado para **fabiopompeu@fabiopompeuadv.com.br** com os dados deste protocolo.
- Após a sua petição ser recebida e encaminhada pelo Tribunal, será possível acompanhar o andamento do processo através da **Consulta de Processos Online** existente no portal.

### Peticionante

**Nome** : FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR

### Protocolo

**Foro** : Crateús  
**Processo** : 0002046-40.2019.8.06.0070  
**Protocolo** : WCRA.19.00050376-0  
**Tipo da petição** : Petições Intermediárias Diversas  
**Assunto principal** : Seguro  
**Data/Hora** : 09/09/2019 14:39:11

### Partes

**Solicitante** : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

### Documentos Protocolados

 Exibindo todos documentos >>>Exibir 3 primeiros

Alguns dos documentos peticionados foram segmentados para manter o padrão de tamanho definido pelo Tribunal.

**Petição\*** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_01.PDF - 1.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 1-14.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 15-25.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 26-35.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 36-46.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 47-60.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 61-70.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 71-80.pdf  
**Documentação** : 2593979\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_JUR\_Anexo\_01.PDF - 81-90.pdf

### Downloads

**Anexar documentos** : Realizar download dos documentos da petição  
**Recibo** : Realizar download do recibo

Desenvolvido pela Softplan em parceria com o Tribunal de Justiça do Ceará



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS/CE**

**Processo:** 00020464020198060070

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO DIASSIS RIBEIRO GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente** na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
CRATEUS, 6 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**